

## Um mês decisivo para a educação

Não se trata de uma questão de tudo ou nada, de "ou vai ou racha": em educação, tem que ser tudo e precisa obrigatoriamente ir. Por isso mesmo, é possível que este mês de março venha a se tornar um período decisivo para os rumos da educação no País. Os eventos e debates previstos para este período são de extrema importância.

Mais de três mil delegados participarão da Conferência Nacional de Educação (Conae), no fim do mês, em Brasília. A missão, ao menos para aqueles que estão dispostos a não fazer turismo, mas a dissecar a fundo a problemática do ensino brasileiro, é encontrar formas para condensar em metas exequíveis e de cumprimento imediato e obrigatório as 5,3 mil propostas discutidas ao longo de 2009 por autoridades, empresas, profissionais e mo-

vimentos do setor.

O que sair dessa grande "peineira" na capital da República vai reformular as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), cuja ousada aspiração é servir como bússola para o ensino patricio nos âmbitos municipal, estadual e federal nos próximos dez anos. São questões de mais alta relevância e não podem ser levados na flauta, pois se trata, afinal, do destino de uma geração e do futuro da economia, da ciência, da cultura. É tudo o que o Brasil pode aspirar de bom e de melhor para sair do atual atraso relativo e do primarismo das políticas governamentais para assumir seu verdadeiro rumo perante o concerto das nações.

Há que passar a limpo a educação infantil e todo o caminho que vai levar a maioria dos escolares desta para o ensino superior, sem a "quebra de safra" tão elevada que ocorre hoje na árdua caminhada que o pequeno brasileiro faz até conquistar a graduação necessária para se

provável que as discussões mais acaloradas ocorram quanto a aspectos do financiamento da educação e sua regulamentação jurídica. É crucial que esse importantíssimo conclave ocorra às vésperas de se iniciar uma campanha eleitoral igualmente decisiva para os destinos do País. Esperamos que as trucagens eleitorais não contaminem o debate nem a demagogia se sobreponha ao exame honesto e respeitoso dos temas

enfocados, pois todos dependemos muito do que for decidido nesse encontro e também de como vai ficar o próximo governo, cujo ministro da Educação terá o dever de pôr em prática as diretrizes a ser aprovadas nos debates deste março. Há, no entanto, o risco de

que o novo plano da educação se atrase caso o projeto não saia da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados a tempo de ser entregue em maio, como se supõe, para que o Congresso possa aprová-lo até o fim do ano. A mecânica do procedimento não é que ao fim das discussões as propostas aprovadas sejam encaminhadas ao MEC para aplicação imediata, pois a palavra final é do Congresso. De resto, será necessário um novo governo capaz de começar em ritmo acelerado, pois o futuro não espera e é preciso reconhecer, com humildade e sabedoria, que ainda estamos muito atrasados e temos um longo tempo perdido a recuperar. Não recuperá-lo significa manter, quem sabe eternizar, o incômodo e envergonhante que nos diminui e envergonha perante o mundo.

**Um novo governo capaz de começar em ritmo acelerado, pois o futuro não espera e é preciso reconhecer, com humildade e sabedoria, que ainda estamos muito atrasados**

qualificar adequadamente e ocupar um dos postos de trabalho que o amanhã vai gerar, exigindo habilidades que em muitos casos ainda nem existem, tal é o dinamismo e a rapidez com que a tecnologia avança.

Dentre as inúmeras interrogações que se apresentam, é

mas enfocados, pois todos dependemos muito do que for decidido nesse encontro e também de como vai ficar o próximo governo, cujo ministro da Educação terá o dever de pôr em prática as diretrizes a ser aprovadas nos debates deste março. Há, no entanto, o risco de

## No tempo em que havia lealdade

walter zimermann

Foi ainda lá pelo final da década de 1960, num dia qualquer, não me lembro em que ano, época em que a velha Arena (que chego a sentir saudades) reinava absoluta nas pequenas cidades. O velho ainda não havia nascido. Digo, o velho MDB, aquele que foi "de guerra". Eu conversava com um antigo colega de rádio, locutor dos bons, inteligente e dono de uma bela voz e um discurso sério que, talvez por isso mesmo, enveredou para a política.

Falo de Ivo Thomazoni, que exerceu vários mandatos como deputado estadual, a partir do governo Ney Braga, de quem foi grande líder. Nunca chegou a federal, por uma única razão:

morria de medo de entrar em avião. Testemunhei essa fobia do amigo, quando voamos juntos em certa ocasião. Quando o Boing aterrissou, mal havia parado e, ele, suando as bicas, tentou saltar tão depressa que se esqueceu de desengatar o cinto de segurança, sendo puxado de volta para a poltrona. Rimos e, só então, conseguiu descontrair e espantar o medo.

Certa vez, quando falávamos de política, comentamos sobre certas pedras no sapato, as quais muitos políticos, principalmente deputados, não conseguem evitar. Naquele tempo isso era mais comum, porque a palavra lealdade não havia saído de moda. Thomazoni tinha, em determinada cidade, certo vereador e cabo eleitoral que, por desgaste moral cres-

cente, foi perdendo eleitores a cada dia e acabou sendo um grande calo para o deputado.

Contou-me Ivo que na tal cidade, lá do Sudoeste mesmo, a cada eleição para a Assembleia, seus votos foram diminuindo, devido ao desgaste do vereador que pedia votos para ele. Chegou a ponto de nem mais ir à cidade, por verdadeira falta de clima, já que não podia evitar a presença do dito cujo ao seu lado. Mas, dizia Ivo, "foi ele quem abriu a praça para mim e acho desleal trocá-lo por outro". Garantiu-me que chegou a ficar tão somente com o voto do próprio vereador, pois este, brigado com a mulher, nem o voto dela conseguiu conquistar.

São coisas da política, que a gente acaba lembrando, principalmente em ano eleitoral.

Sobretudo agora, quando vejo no jornal que Cascavel está com uma quilométrica lista de nomes, apresentando-se como postulantes a uma vaga na Assembleia Legislativa. Se, pelo menos três terços deles não desistirem da ideia suicida, ficaremos atrás de Toledo outra vez, só para citar um exemplo.

Se bem que, por lá, a chamada união partidária também já não é a mesma - não no PP, pelo menos. Tudo indica que Duílio Genari e seu correligionário Derli Donin deverão travar luta interna, com ambos na raia rumo à Assembleia. A situação deve estar preocupando mais a Duílio, que, no caso de um tropeço, estaria interrompendo sua longa permanência no cargo e desocupando a viciada cadeira. Como o conheço há muito

tempo, espero que suas pernas continuem em boa forma, para sustentar a caminhada em busca dos votos necessários. E olha, Duílio, essa história que citei, do Thomazoni, também deve ser levada em conta.

Procure conferir o potencial de votos de certos cabos eleitorais, principalmente vereadores, que se dão ao luxo, inclusive, de pedir dinheiro ao candidato. Confira se cada um deles continua sendo motivo de segurança, para bater na porta do eleitor. E, já que não vivemos mais em época de levar em conta a lealdade política praticada por Thomazoni, melhor sozinho que mal acompanhado.

walter zimermann é jornalista e radiologista - walterzimermann@hotmail.com

## Os núcleos de justiça comunitária

fábio tokars

Uma das boas ideias no PNDH (que infelizmente não são tantas quanto gostaríamos) é o estímulo à estruturação dos Núcleos de Justiça Comunitária. O objetivo fundamental é a criação de meios alternativos de solução de litígios em benefício das populações que não têm o devido acesso ao Poder Judiciário. O conceito é a estruturação de locais de atendimento nas próprias comunidades carentes, e a condução de processos preventivos e conciliatórios por agentes oriundos da própria comunidade.

Claro que a solução de litígios, neste modelo, é alternativa, e não substitutiva do Poder Judi-

ciário. Quando algum conflito for levado ao conhecimento destes agentes, não há o objetivo de indicar qual parte tem razão. Não há sentença. O trabalho do agente é promover o diálogo, para que as partes possam construir suas próprias soluções.

Este pode ser um relevante instrumento para a solução do grave problema do acesso à tutela judicial. Milhões de brasileiros se acostumaram a assimilar as perdas, a aceitar as violações de seus direitos. Para eles o Judiciário é uma instituição distante. A existência de um espaço em suas próprias comunidades, sem a incompreensível pompa dos tribunais, onde exista o amparo por alguém que compreenda suas dificuldades e aceite sua linguagem, pode ser

um marco na realização de muitas normas que estão presentes em nossa Constituição.

Outro ganho que pode decorrer da implantação destes núcleos é a substituição de grupos criminosos neste espaço ainda não ocupado pelo Estado. É de conhecimento comum a existência de comunidades onde grupos de traficantes fazem as vezes de Judiciário, "resolvendo" problemas entre moradores. Problemas que a eles são levados simplesmente em razão da inexistência de outra instituição a que recorrer.

Considere-se também que a solução de litígios que, à vista da justiça tradicional, podem parecer insignificantes (como uma conta de pequeno valor não paga), evita o surgimento de

outras tensões na comunidade. Pequenos problemas podem se tornar grandes, se não forem resolvidos em seu nascedouro.

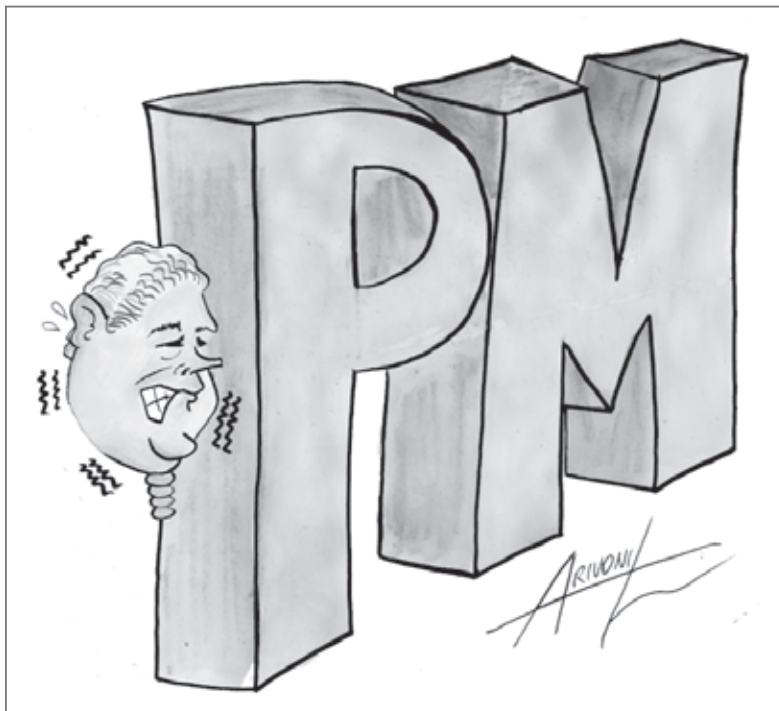
Claro, há quem se oponha a este caminho, argumentando, em especial, que assim se está a não realizar plenamente o direito, já que os agentes comunitários não teriam conhecimento completo das normas que seriam aplicáveis aos fatos envolvidos na lide. Preconceito puro. Com uma orientação mínima, que permita aos agentes comunitários identificar os direitos disponíveis, a construção de soluções que as partes considerem satisfatórias só trará benefícios à sociedade.

A ideia de estruturação de tais núcleos não é nova. Consta da pauta do Ministério da

Justiça desde 2008. E também não está apenas no plano teórico, já existindo núcleos em funcionamento em diversos estados brasileiros, com ou sem o apoio do Governo Federal. O objetivo do Ministério da Justiça é apoiar a instalação de mais 25 destes núcleos ainda em 2010, em Alagoas, na Bahia, no Ceará, no Espírito Santo, em Pernambuco, no Piauí, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Distrito Federal. Vamos ver se neste caso, diferentemente do que ocorre em tantos outros, as boas intenções não viram simples propaganda do governo.

Fábio Tokars é doutor em Direito e professor universitário - luciana@pg1.com.com

## bastidores



“Sou a favor que os ex-governadores tenham direito a segurança, mas sem a bela aposentadoria”

Fábio Aguayo, presidente da Abrapar

## O mesmo

Bom jogador, mas excelente festeiro, Romário continua apertados das suas. Ele foi multado em R\$ 957,70 na madrugada de segunda-feira após se recusar a fazer o teste do bafômetro em uma blitz realizada na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio. O carro do ex-goleador não precisou ser recolhido, uma vez que ele chamou outra pessoa para levar o veículo. A secretaria ainda acrescentou que essa pessoa chamada por Romário passou pelo teste do bafômetro. O nome da pessoa não foi informado.

## Mesmo tipo

O “Imperador” Adriano não consegue viver longe da polêmica. Depois de mais uma noite da pesada, teve o maior fuzê com a noiva e o assunto foi parar na delegacia de polícia. O atacando voltou a treinar no Flamengo, com suspeita de estar “apenas” oito quilos acima do peso normal. O preparador físico Alexandre Sanz admite que Adriano encontra-se longe de sua forma física ideal, mas nega os oito quilos de gordurinhas. “Está um pouco acima do peso, mas não tudo isso que disseram”.

## Errinho

A Petrobras informou ontem ao mercado que os investimentos programados para 2010 são de R\$ 79,45 bilhões, e não de R\$ 85 bilhões como afirmou a ministra da Casa Civil e candidata do PT à Presidência da República, Dilma Rousseff, em evento da estatal na véspera. Nem precisava

## DO LEITOR

editoria@oparana.com.br

## Indignação

O senhor Lula distribui o nosso dinheiro pelo mundo afora, sob o pretexto de ajudar países destruídos pelas catástrofes, mas sempre libera dinheiro do FGTS. Esse não é nosso dinheiro, de trabalho suado? Ao mesmo tempo, fiquei indignado hoje ao ler que os reais donos deste dinheiro precisam acordar cedo para sacar o que é deles e não do governo. E ainda limita o valor para reconstruir uma casa devastada pela enchente, comprar a nova mobília.

**Tomio Maeda**

(Balneário Camboriú)

## Pessuti

O quadro pode e vai mudar. A mudança se dará se a militância que defende a candidatura do Pessuti sair da toca, botar os coturnos nos pés, os tacapes nas mãos e ir à luta com ferocidade, sem dar tréguas aqueles que há décadas nos infelicitam. Não podemos e não devemos “afrouxar os arreios”. Entretanto é preciso ter em mente estar atento aos inimigos na trincheira; essas vitorias tem que ser destruídas no ninho.

**Valdir Izidoro Silveira**

(Curitiba, Paraná)

## Richa

Temos acompanhado o companheiro Beto Richa em suas andanças pelo Paraná e até mesmo em alguns compromissos fora, como foi o caso de Belo Horizonte, na semana passada. É extraordinária a receptividade a este jovem líder político, que se encaminha para ser o grande governador que o Paraná precisa e merece ter.

**Ademar Traiano**

(Curitiba, Paraná)

## Arruda

Após ver a reação dos petistas à denúncia baseada em provas robustas, e na ausência de uma resposta forte da Justiça e de um clamor popular (cadê os estudantes que enfiaram Arruda e compadrio em Brasília?) contra o rombo de mais de R\$ 100 milhões do Bancoop, só me resta afirmar que safados e corruptos existem em qualquer partido, mas comprovadamente o PT é o partido que acolheu de preferência os maiores safados e corruptos da política nacional.

**PT, Partido dos Trambiqueiros!**

**Mara Montezuma Assaf**

(São Paulo, SP)

## Advertência

Vamos fazer uma greve de 24 horas, no dia 16, como forma de advertir o Governo para as nossas reivindicações. O magistério público não pode continuar sendo tratado como o “primo pobre” entre as categorias que compõem o funcionalismo estadual. Exigimos respeito e isonomia salarial em relação aos demais detentores de diplomas de curso superior.

**Professor Lemos**

(Cascavel, Paraná)

## Gelada

O Governo precisa explicar os motivos pelos quais mantém centenas de freezers no Parque de Ciência Newton Freire Maia. Quantos são? São novos ou usados? Qual a data da compra? E da garantia? Exigimos saber ainda quem solicitou a compra, qual a finalidade, o custo total da aquisição e, finalmente, qual será a destinação final destes aparelhos que lá estão estocados?

**Edson Praczyk**

(Curitiba, Paraná)

## Ordem só na bandeira?

alexandre garcia

Ontem pela manhã me perguntaram, na CBN de Brasília, o que eu penso sobre os camêloes que tomaram conta da Esplanada dos Ministérios, significativamente, todos à sombra dos prédios do governo. Barracas ilegais estão lá erguidas, vendendo ilegalmente até mercadorias contrabandeadas. A fiscalização do governo local promete retirá-las toda a vez que sai alguma reportagem a respeito. Mas nada faz.

Tudo ilegal. O Detran promete providências quando sai a denúncia na imprensa, mas nada faz. A rádio CBN insistiu em saber o que penso diante de tanta hipocrisia à sombra do Estado que é guardião das leis. Sugerir que resolvessem a hipocrisia no alto do mastro que está na Praça dos Três Poderes. Que da enorme bandeira brasileira que lá está, retirassem a palavra “Ordem”.

Porque este é um país sem ordem. Estamos acima do Haiti, sem dúvida, e de alguns países africanos e outros do Oriente Médio. Mas é só. O mun-

do convive com ordem. Ou melhor: vive muito bem com ordem. Quanto mais organizado o país, melhor a qualidade de vida de seus habitantes.

Veja o Chile: tem terremotos todos os dias, de 5 a 6 graus na escala Richter e os belos prédios dos bairros de Vitacura, Providência e Las Condes, em Santiago, por exemplo, estão intactos. Quebrou a louça, TVs caíram no chão, mas como há terremotos todos os anos, o país se preparou. A autoridade que não deu o alarme de tsunami foi demitida imediatamente. É a ordem.

Já em Niterói, no fim de semana, com mais uma previsível chuva de verão, seis mortos. Porque não impera a ordem: continuam a construir em encostas, em lugares de risco, e o estado não age. O asfalto nas estradas e ruas do Chile está intacto, porque foi feito para resistir a terremotos. No Brasil, a chuva leva a camadinha que deixou sobrar bastante dinheiro para a corrupção, para meias, bolsas e cuecas.

Um administrador público que já prestou serviços no Distrito Federal, em Roraima e no

Paraná, me garantiu domingo que isso é generalizado. O esquema de Brasília, ou do Bancoop, ou do Marcos Valério, do Arruda ou do PC Farias é difundido e só os anjos exterminadores da Polícia Federal, do Ministério Público e da Justiça podem nos salvar. Mas não sem a nossa reação. Dos que pagamos tanto imposto por péssimos serviços públicos de saúde, educação, segurança, justiça, estradas...

Como se isso fosse justificativa para desvio de dinheiro público, eles alegam que é para campanhas eleitorais. Nem a confissão desse crime é verdadeira. Porque o dinheiro é usado em causa própria, antes do partido. Vão para Paris, para as joalherias, para os automóveis de 400 mil reais. Nós ficamos contra a parede. Ou não seremos dignos sequer de levantar a cabeça para olhar nossa bandeira no alto do mastro: bem no centro dela está a pesada palavra: “Ordem” – que nos indica a diferença entre civilização para meias, bolsas e cuecas.

**Alexandre Garcia** é jornalista - a lexgar@terra.com.br

## Comichão eleitoral

aires neves

Estava tudo indo bem, dentro do texto, até que o Presidente da República deixou escapar que, no exercício do cargo, pode prestar apoio mais efetivo à candidata do PT ao Planalto, a ministra Dilma Rousseff. Lula explicava as razões pelas quais jamais se afastaria do cargo de Presidente e no final deixou escapar que, como presidente será melhor, pois poderá dar aquela “forcinha federal”.

Não é segredo pra ninguém que o Presidente Lula tem colocado a estrutura de governo a serviço da campanha de Dilma. As inaugura-

ções oficiais com a participação explícita da candidata em discursos de palanque, chamaram até mesmo a atenção do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ayres Brito, que, nos jornais deste final de semana, advertiu que o período eleitoral ainda não começou, e que o anúncio de candidaturas nesta época é ilegal.

Salta aos olhos de todos o emprego da máquina de governo a favor das candidaturas oficiais. A própria TV-Brasil, em programa intitulado 7 anos em 7 minutos, ocupa a programação de canal público com ministros candidatos, em flagrante “fiz

isso - fiz aquilo”, só faltando o “voto em mim”. O próprio título do programa, ao excluir o oitavo ano de governo, faz mira direta nas urnas de outubro.

O senador Flávio Arns é cauteloso ao falar das eleições, pois como dizem as regras, ainda não é hora. Contudo, o paranaense adverte - “Essa comichão por votos da parte de autoridades constituídas com a missão de operar o Estado, deve ser contida, senão pelo bom-senso próprio, pelo menos pela justiça eleitoral”.

**Aires Neves** é jornalista - flarns@senado.gov.br

■ A editoria se reserva ao direito de selecionar as opiniões a serem publicadas neste espaço. Os textos devem conter identificação e cidade onde reside o leitor. Escreva, participe!